

A AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS Políticas, perspectivas e práticas

Preciosa Fernandes*, Isabel Fialho** & Antonio Bolívar Botía***

A avaliação das escolas, a nível internacional, tem vindo a tornar-se, progressivamente, na «nova ortodoxia» da mudança educacional. Relatórios internacionais, particularmente da OCDE, políticas educativas em diferentes países e a literatura sobre o tema assinalam a necessidade de fazer pressão a partir do exterior, através de avaliações externas. Mas, ao mesmo tempo, tem vindo a abrir-se uma onda de críticas, sobre as formas e utilizações que essas avaliações estão a ter, especialmente num contexto neoliberal de performatividade e competitividade entre escolas, vinculando a avaliação à *accountability*, no interior de uma estratégia mercantil. Como assinala Pasi Sahlberg (2010), face a estas utilizações de prestação de contas, são possíveis outras «formas mais inteligentes» de avaliação e prestação de contas para melhorar as escolas e assegurar a equidade na educação.

Por esta razão, a revista *Educação, Sociedade & Culturas* considerou oportuno dedicar este número temático à revisão das políticas, perspectivas e práticas de avaliação das escolas. A avaliação das escolas merece ser analisada e discutida para que possa ser usada como instrumento ao serviço da melhoria interna, em vez de se converter num meio de controlo que, estabelecendo *rankings* entre as escolas que pretendem aumentar a qualidade, contribua para agravar as desigualdades. São possíveis outras lógicas na avaliação das escolas. Em particular, a par de um modo pós-burocrático de regular os sistemas educativos, a avaliação pode contribuir decisivamente para tornar o sistema educativo mais eficaz. Este necessita de contar com dados (externos ou internos) para tomar decisões mais informadas pois não se pode valorizar os processos de melhoria da escola à margem desses dados.

* CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (Porto/Portugal).

** Universidade de Évora (Évora/Portugal).

*** Universidade de Granada (Granada/Espanha).

Faz, portanto, sentido uma convergência entre os movimentos de Eficácia e Melhoria da escola, a partir dos quais a avaliação das escolas, para além de dar conta da eficácia na obtenção de resultados; sirva como um processo de melhoria da organização em si. A questão reside, antes, em como fazê-lo, de modo que, em vez de conduzir a uma competição entre escolas ou fornecer critérios para a escolha dos clientes, potencie a melhoria interna com os recursos adequados. Como sugerem alguns artigos, esta postura supõe uma revisão efetiva da «*accountability*», vinculada à autoavaliação institucional, enquanto processo para desenvolver as capacidades da escola. Neste sentido, avaliação externa e autoavaliação podem ser complementares ainda que, para que este diálogo possa ter lugar, a avaliação externa não possa ter um caráter coercitivo, pois será percebida como controlo.

Como salientámos anteriormente, o movimento de reforma com base em padrões (*Standards-Based Reform*) está a configurar-se na nova estratégia para a mudança educacional. Uma grande parte dos países está imersa numa corrida frenética para estabelecer padrões em cada uma das matérias curriculares. A política educacional pressiona para que as escolas consigam atingir as metas estabelecidas a nível estatal para cada área e para os estudantes, devendo prestar contas acerca dos níveis alcançados. Atualmente, as pressões para aumentar a prestação de contas converteram-se na via principal para a reforma educacional. O dilema está em como combinar um sistema externo de prestação de contas, que tende inevitavelmente à uniformização (e, portanto, que todas as escolas devem atingir os mesmos níveis de consecução pelos seus alunos), com a variabilidade e particularidade de cada escola. Superar essa tensão é difícil, sem que isso seja uma desculpa para rejeitar qualquer tipo de avaliação externa. Como menciona Darling-Hammond (2001), conseguir alcançar padrões sem padronização é um desafio.

Para uma reforma baseada em padrões poder contribuir para a melhoria, não pode limitar-se a estabelecer esses padrões e a avaliar, posteriormente, a sua consecução, uma vez que a melhoria é um processo que requer apoio sustentado no tempo. Além disso, reciprocamente exige que se proporcione o apoio e os meios oportunos para que se possam alcançar tais padrões. Por último, um novo sistema de prestação de contas (*new accountability*) deve tender a ser flexível, usando uma variedade de tipos de informação. Nesta nova perspetiva, longe das múltiplas aplicações negativas que têm tido, um sistema eficaz de responsabilização educacional pode produzir melhorias substanciais na aprendizagem dos estudantes, fortalecer a profissão docente e proporcionar ao público transparência de resultados, como apontam Fullan, Rincón e Hargreaves (2015) num estudo recente.

É no quadro destas ideias que se situa o presente número da revista *Educação, Sociedade & Culturas*. Este integra um conjunto de oito artigos que contribuem, com diversos olhares, para a problemática da avaliação das escolas.

No primeiro artigo, com o título «Neoliberalismo como discurso: la evaluación en educación

entre tecnologías políticas neoliberales y la nueva filantropía», Geo Saura explora discursos extraídos de normativas, *sites*, artigos de pesquisa e vídeos, através dos quais os governos e novas fundações filantrópicas discutem sobre a avaliação e diferentes tecnologias políticas para defender o neoliberalismo na esfera política da educação espanhola.

David Justino e Sílvia de Almeida são os autores do artigo «Inspeccionar e avaliar: origens da regulação coerciva da educação em Portugal». Os autores abordam a avaliação externa das escolas no contexto europeu e fazem uma análise comparada de normativos estruturantes e de orientações produzidas sobre as inspeções ordinária e extraordinárias, em Portugal, de 1835 a 1910. Têm como objetivos explorar a hipótese da convergência das dimensões fundamentais da ação inspetiva – a burocrática e a «pedagógica» ou avaliativa –, e dar conta das diferentes soluções organizacionais na sua relação com as políticas de centralização, desconcentração ou descentralização.

Joana Sousa, Natália Costa e Micaela Marques, são autoras do artigo «Avaliação externa de escolas: um metaestudo», onde apresentam os resultados evidenciados em oito estudos empíricos (dissertações de mestrado de uma universidade portuguesa) sobre os efeitos da Avaliação Externa de Escolas, realizados entre 2011 e 2014.

O artigo «Formação-ação e autoavaliação de escolas: um contributo para o desenvolvimento organizacional e profissional dos professores» é da autoria de Estela Costa e Marta Almeida. Neste texto analisam-se as representações e práticas de autoavaliação em oito agrupamentos de escolas portuguesas, num processo de investigação-ação dirigido para a formação de equipas internas de avaliação, assumido como meio de desenvolvimento profissional dos professores e da organização.

Cindy Carvalho e Maria Gabriela Portugal, autoras do quinto artigo com o título «O papel da avaliação na melhoria das práticas: contributos para um projeto de investigação na área da educação de infância», fazem uma revisão da literatura em que exploram a perspetiva da avaliação capacitadora (*empowerment evaluation*) como ponto de partida para a intervenção e investigação centradas nas práticas profissionais de educadores de infância em contexto de creche.

«A avaliação externa das escolas e os TEIP na sua relação com a justiça social» é o título do sexto artigo, escrito por Marta Sampaio e Carlinda Leite. As autoras analisam o modo como o programa TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) e o processo de Avaliação Externa de Escolas, em Portugal, estão a contribuir para a implementação de processos que concretizem princípios de equidade e de justiça curricular e social, isto é, de princípios que promovam uma educação democrática em escolas do ensino público.

Ana Paula Almeida é autora do artigo «Avaliação do ensino profissional: o Quadro Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais». O texto analisa as implicações do Quadro Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Pro-

fissionais (EQAVET) na forma como se perspectiva a educação e formação profissionais, por um lado, e, por outro lado, na forma como se entende a avaliação interna e externa das instituições.

O último artigo «Homogeneização curricular e o sistema de avaliação nacional brasileiro: o caso do estado do Rio de Janeiro», tem como autoras Isabel Ortigão e Talita Pereira. Nele são apresentados os resultados de uma investigação que reflete sobre os impactos das avaliações externas na produção curricular no sentido de compreender diferenças nas ênfases curriculares, em matemática, das redes municipais do estado do Rio de Janeiro, por meio da análise dos dados da Prova Brasil, nas edições de 2007 e 2011.

Acreditamos que este número, no seu todo, oferece uma abordagem ampla sobre perspectivas, práticas e políticas de avaliação de escolas. Reconhece-se que assegurar o direito a uma boa educação para todos em todos os lugares, precisa de dispositivos (externos e internos) que permitam evidenciar em que grau está assegurado e que as escolas possam prestar contas dos níveis de ensino oferecidos. Mas, a questão é como fazê-lo, de modo a que em vez de provocar uma competição entre escolas ou fornecer critérios para a escolha dos clientes, seja realçada a melhoria interna dos processos educacionais. É nosso desejo que este monográfico contribua para promover e alargar o debate em questão.

Correspondência: CIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Rua Alfredo Allen, 4200-135, Porto, Portugal.
Email: preciosa@fpce.up.pt; iffialho@gmail.com; abolivar@ugr.es

Referências bibliográficas

- Darling-Hammond, Linda (2001). *El derecho aprender: Crear buenas escuelas para todos*. Barcelona: Ariel.
- Fullan, Michael, Rincon-Gallardo, Santiago, & Hargreaves, Andy (2015). Professional capital as accountability. *Education Policy Analysis Archives*, 23(15), 1-22. Retirado de <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.v23.1998>
- Sahlberg, Pasi (2010). Rethinking accountability in a knowledge society. *Journal of Educational Change*, 11(1), 45-61.